

COMUNICADO 30.07.2007

O Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ), vem informar a Classe para o seguinte:

a) A DGAJ está desde o dia 26 de Julho a notificar alguns Oficiais de Justiça, para que preencham uma declaração que mais não é, do que uma forma inaceitável de coacção para ultrapassar a trapalhada decorrente do DL 250/2007, de 29.06;

b) O próprio prazo que a Administração de uma forma “bondosa” concede, não observa qualquer dispositivo legal, antes sendo mais um presente envenenado;

c) O facto desse Ofício ter data de 18 de Julho mas chegar aos Tribunais em massa no dia 27 de Julho (Sexta-feira), com a imposição de 3 dias para uma resposta é, do ponto de vista intelectual desonesto, e isso deve ser dito;

d) Quaisquer informações eventualmente prestadas por telefone pela DGAJ, dando conta de que os funcionários eventualmente na situação de supranumerários que não se candidatam aos lugares impostos, serão penalizados ficando em casa com os ordenados reduzidos em 20%, são desprovidas de verdade e de legalidade;

e) A desonestidade intelectual, a falta de verdade e o aparente desconhecimento da lei, não são no entanto propriedade do Ministério da Justiça (MJ), são-no também daqueles que reiteradamente o apoiam, ora com silêncios, ora com aplausos e ainda tentando de uma forma soez atingir este Sindicato;

f) É estranho (ou talvez não) que esses mesmos venham agora defender o Estatuto dos Funcionários Judiciais (EFJ) quando num palco seu, o MJ afirmou a intenção de violar esse estatuto e foi aplaudido.

g) O MJ sabe que não conta com o SOJ para quaisquer violações à lei. Quando recentemente o MJ afirmou que entrariam 300 pessoas em concurso interno, sabia que violava o EFJ e quem aplaudiu e apoiou tal medida, também o sabia.

Mas o que verdadeiramente importa é não só condenar o comportamento inqualificável e intolerável do MJ, como tentar encontrar uma solução que sirva o interesse público e o interesse legalmente protegido dos trabalhadores, pelo que o SOJ solicitou com carácter de urgência uma reunião ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, para que seja discutida esta questão.

A falta de resposta por parte do MJ poderá ser motivo suficiente para que o SOJ desencadeie os mecanismos legais que propiciem reuniões durante o horário de serviço, para que possam os Oficiais de Justiça discutir internamente todas estas questões. Estas reuniões podem ter a duração de dias completos e nos termos da lei contam como tempo de serviço prestado, logo são remunerados e, estão todos os funcionários dispensados do serviço, nos termos definidos entre o SOJ e a DGAJ.